

A Emigração Para os Territórios Ultramarinos entre 1560 e 1600. O Caso de Vila do Conde

– Diogo Andrade Cardoso

Resumo

Este texto procura aproximar-se às tendências que assistem aos fluxos e perfis da emigração para os territórios ultramarinos, a partir do estudo desenvolvido em torno de Vila do Conde na segunda metade do século XVI. Para o fazer, recorreu-se aos registos paroquiais e notariais disponibilizados pelo Cedopormar,¹ com os quais se pretendeu desenhar um quadro que se espera que possa trazer alguma luz sobre quem são estas pessoas que deixavam o reino e se dirigiam aos espaços ultramarinos. Através do cruzamento dos registos compulsados nestas duas tipologias de fontes, este contributo pretende chegar a algumas conclusões relativamente aos destinos de preferência dos emigrantes, aos tempos e períodos de fixação nas ilhas atlânticas, África, Ásia e América, ao perfil dos indivíduos e ao seu estatuto socioprofissional.

Palavras-chave: Fluxos de emigração; perfis de emigração; emigração ultramarina; século XVI; Vila do Conde.

Abstract

This paper aims to approach the flows and profiles of emigration to the overseas territories, departing from a study focused on Vila do Conde in the second half of the sixteenth century. To do that, this work resorted to parish and notarial registers available through Cedopormar, in order to draw a picture that hopefully will bring some light about who is this people that left the kingdom heading to overseas territories. By crossing these two kinds of documents the paper intends to achieve some conclusions about the emigrants' favorite destinies, the time periods of settlement in the Atlantic archipelagos, Africa, Asia and America, as well as their profiles and their socio-professional status.

Keywords: Emigration flows; emigration profiles; overseas emigration; sixteenth century; Vila do Conde.

¹ Cedopormar – Centro de Documentação dos Portos Marítimos Quinhentistas.

1. O Problema e as Fontes

Quando se olha para a História de Portugal, particularmente para a época Moderna, não há como contornar aquilo a que vulgarmente se chama de Descobrimientos, pois a expansão portuguesa em direção ao além-mar não pode ser vista como se na história do país não tivesse tido quaisquer consequências, já que, uma e outra, fazem parte da mesma história, apenas se passam em espaços geográficos diferentes, mas constantemente ligados através de “um mundo em movimento”² onde a realidade do reino condiciona a expansão portuguesa e a presença portuguesa nos vários continentes influencia o que em Portugal continental se passa.

Compreender o que ligava Portugal ao Ultramar e vice-versa é fulcral para aumentar o nosso conhecimento da História do país e do mundo. E qual a base de todas as conexões entre o reino e os espaços ultramarinos, que Russel-Wood classifica como “um desafio para os agentes metropolitanos de governo e para a coroa”,³ se não a capacidade humana? Capacidade de se expandir, de gerir os vários territórios, de fazer com que o comércio funcione e de transmitir a cultura que carrega em si. Para que tudo isto fosse possível “mais de um milhão de indivíduos participou ativamente neste processo”,⁴ ou seja, quase a totalidade da população, que andava entre o milhão e cem mil e o milhão e quatrocentos mil habitantes, segundo o numeramento de 1527.⁵

Vitorino Magalhães Godinho afirma que o número de pessoas que sai de Portugal no século XVI é aproximadamente de 3.500 por ano, nunca menos de 2.000 ou mais de 5.000.⁶ O mesmo autor estabelece que o número de habitantes portugueses fora do reino é de 100 a 150 mil na segunda metade do século XVI,⁷ bastante mais do que na primeira metade quando são registados apenas 40.000.⁸ Torna-se, assim, importante perceber como funcionou a dinâmica de transferência populacional entre Portugal e os seus territórios ultramarinos, até porque os contemporâneos deste

² A. J. R. Russel-Wood, *Um Mundo em Movimento: Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)* (Algés: Difel, 1998).

³ Russel-Wood, *Um Mundo*, 11.

⁴ João Paulo Oliveira e Costa, “O Deslumbramento Manuelino (1495-1521)”, João Paulo Oliveira e Costa (ed.), *História da Expansão e do Império Português* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014), 124.

⁵ Teresa Ferreira Rodrigues, “As Estruturas Populacionais”, José Mattoso (dir.), *História de Portugal* ([Lisboa]: Editorial Estampa, 1993), III, 191. Teresa Ferreira Rodrigues, “As Vicissitudes do Povoamento nos Séculos XVI e XVII”, Teresa Ferreira Rodrigues (coord.), *História da População Portuguesa* (Porto: CEPESE e Edições Afrontamento, 2008), 167.

⁶ Vitorino Magalhães Godinho, “L'Émigration Portugaise (XVe-XXe Siècles): Une Constante Structurale et les Réponses aux Changements du Monde”, *Revista de História Económica e Social*, 1 (1978): 8.

⁷ Godinho, “L'Émigration”, 14.

⁸ Rodrigues, “As Estruturas”, 191.

fenómeno apontam como consequência da expansão ultramarina o despovoamento do reino,⁹ apesar de a historiografia não corroborar esta visão.¹⁰

Haverá, portanto, mais de uma centena de milhar de pessoas que deixaram Portugal e partiram em direção ao Ultramar, formando estes, na sua maioria, uma massa anónima que se dispersou pelos arquipélagos atlânticos, África, Ásia e América, sobre a qual muito pouco se conhece. A proveniência desta gente é ainda muito nebulosa, pois o que se sabe pode ser resumido pela frase “A maioria dos nacionais procede do Norte do Reino, sobretudo de Entre Douro e Minho”.¹¹ Daí que a temática da emigração portuguesa seja tão relevante para a História do século XVI português.

Uma análise da documentação selecionada rapidamente permite encontrar uma rede de pessoas que se ligava entre si para fazer com que a emigração funcionasse: ou através do apelo que se fazia ao reino para enviar mais emigrantes, conforme as conjunturas que se viviam em cada espaço em concreto, como veremos, ou mantendo vivas as relações entre as pessoas que se encontravam separadas pelos mares. Na verdade, os habitantes dos dois lados do oceano interagem frequentemente e adaptavam-se às particularidades que a ausência forçava. É neste sentido que o que este artigo se propõe tratar são as redes informais de emigração, entendendo-as como base condicionadora do processo a constante interação entre os indivíduos.

As perguntas às quais tentamos dar resposta são as seguintes: quem eram estes homens e mulheres? Quando partiram? Para onde partiram? Qual o seu estado civil? De onde eram? Qual a sua condição profissional? Partiam com família já formada?

Para traçar os fluxos e perfis da emigração e para encontrarmos as relações que se estabeleceram entre os indivíduos socorremo-nos dos registos paroquiais e notariais de Vila do Conde. De notar que a vila funciona como um ponto de uma rede mais vasta que a integra, não como a base de lançamento dos emigrantes que estudamos. Quer isto dizer que não é necessariamente só a partir deste espaço que os homens e mulheres se projetavam para os arquipélagos atlânticos, e para os restantes continentes.

É, portanto, necessário perceber o que umas e outras fontes nos podem dar. Para isso é essencial apresentar cada uma delas. Há que saber a que se deve a sua existência, quem as produziu e quais as intenções que estão por detrás da sua

⁹ Nuno Gonçalo Monteiro, “O Reino Quinhentista”, Rui Ramos (coord.), *História de Portugal* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2012), 245.

¹⁰ Rodrigues, “As Estruturas”, 191.

¹¹ Rodrigues, “As Estruturas”, 190.

produção. Sem delimitarmos as características das fontes, a sua utilização poderia cair num uso bastante limitado, algo que se pretende evitar, especialmente quando este tipo de fontes nos força a procurar, não raras vezes, referências indiretas àquilo que nos interessa.

1.1. Registos Paroquiais

Dentro deste tipo de documentação eclesiástica e serial, quer isto dizer produzida por uma instituição eclesiástica, regularmente e com um propósito definido, encontramos três categorias que interessam particularmente a este trabalho: os registos de batismo, de casamento e de óbito. Os dois primeiros tornaram-se obrigatórios desde o Concílio de Trento, em 1563, e o registo de óbitos, tal como o de confissões, comunhões e crismas, foi acrescentado mais tarde, no início do século XVII, através de Constituições Diocesanas.¹² De uma maneira geral, esta documentação começa a ser produzida sistematicamente desde o segundo quartel do século XVI, como ocorre no caso de Vila do Conde para onde temos registos de batismo disponibilizados pelo Cedopormar de 1535 a 1902, registos de casamento iniciados em 1536 e que se estendem até 1902 e registos de óbito a começar em 1595 indo também até 1902, apesar de só o Concílio de Trento os tornar obrigatórios.

O caso de Vila do Conde não é tão serial assim, uma vez que há interrupções na produção destes documentos, pois desde que começaram a ser produzidos até 1640, 11,2% dos meses não têm registos de batismos (1557 a 1559 e 1600), 55,5% não têm de casamentos (1582 a 1613, com raras exceções entre 1582 e 1590) e 15,8% não têm registos de óbitos (registando-se quebras ao longo de alguns anos como 1613, mas nunca ausência de anos completos), além daqueles anos em que devido a pestes ou por razões desconhecidas existe um sub-registo.¹³

Uma fonte de âmbito religioso como é esta, produzida pelo pároco e guardada nas paróquias até à República, vai deixar de fora aqueles que não se enquadram na definição de comunidade católica da época, pois todos aqueles que não eram batizados eram deixados de fora destes registos e o mesmo acontecia com aqueles que estavam

¹² Helena Osswald, *Nascer, Viver e Morrer no Porto de Seiscentos*, [Tese de Doutoramento], (Universidade do Porto, 2008), 13.

¹³ Amélia Polónia, *Vila do Conde. Um Porto Norteno na Expansão Marítima Quinhentista*, [Tese de Doutoramento], (Universidade do Porto, 1999), I, 236-239.

em constante movimentação,¹⁴ apontando-se assim outra limitação a esta documentação, à qual se junta a

qualidade dos registos, caracterizados por lacunas e formas de sub-registo explicáveis pelo desaparecimento de livros, mas também pela falta de disciplina e o desleixo dos párocos, ou mesmo pela forma de encarar a mortalidade infantil e juvenil.¹⁵

A intenção da Igreja ao fazer estes assentamentos era a de conseguir identificar a religiosidade dos crentes, isto é, seguir os seus passos ao longo da vida de forma a garantir que os sacramentos eram administrados conforme a ordem imposta pela Santa Sé. Este controlo é notório, pois é sabido que o Concílio que tornou estes assentamentos obrigatórios foi o que debateu e rebateu o protestantismo.

O registo de batismo contém normalmente o nome do batizado, dos seus padrinhos e dos seus pais, podendo, no entanto, as situações ser bastante diferenciadas. Como fica muito bem resumido pela expressão “Sem baptismo não se é considerado filho de Deus”, a prática deste sacramento é bastante mais usual do que todos os outros, principalmente levando em consideração o elevado número de mortes de crianças, que apressavam esta oficialização da relação entre o indivíduo e a Igreja.¹⁶ No entanto, “O sub-registo, ou a total ausência de registo de baptismos efectuados em situações de emergência, e protagonizados geralmente pela parteira, substituta privilegiada do pároco nessas circunstâncias”,¹⁷ pode não tornar este facto numa vantagem.

O texto que o pároco elabora para assentar os casamentos é mais complexo e, portanto, contém mais informação, pois lá devem

constar dados de identificação pessoal, que abrangem os dados de filiação, de estado civil, de naturalidade e residência dos noivos e a identificação simples das testemunhas. E nos casos de dispensas as razões das mesmas, entre elas, a indicação de parentesco.¹⁸

Destes dois tipos de registos podemos retirar os nomes dos emigrantes, identificar o seu estado civil, a sua profissão, por vezes mencionada, a localidade de residência e os seus familiares. Através deles é ainda possível identificar o local para onde os indivíduos emigraram quando alguma das partes que deveria estar presente no

¹⁴ Osswald, *Nascer*, 14.

¹⁵ Polónia, *Vila*, I, 235.

¹⁶ Osswald, *Nascer*, 16-17.

¹⁷ Polónia, *Vila*, I, 235-236.

¹⁸ Osswald, *Nascer*, 18.

sacramento apenas o faz por procuração, algo que o pároco regista, incluindo, por vezes, o paradeiro do ausente.

Os registos de óbito são também importantes para este trabalho, uma vez que o pároco quando é informado da morte de um dos seus fiéis, mesmo com um atraso de vários anos, tem a preocupação de a anotar juntamente com o local da morte, quando toma conhecimento dele, e os familiares que ele conhece, o que mais uma vez se revela útil para quem procura determinar o local de emigração dos portugueses quinhentistas e suas relações familiares. No entanto, este registo tem algumas desvantagens importantes. A notícia da morte é transmitida por via oral e sazonalmente: apenas quando chegam a Vila do Conde os seus portadores que, as mais das vezes, são já os últimos de uma longa série de pessoas incluídas na cadeia de transmissão da notícia.¹⁹

Outro problema para fixar o paradeiro dos homens e mulheres mortos nos territórios ultramarinos é a designação que se dá a esse espaço, pois ela não é uniforme: “Nuns casos, explicitando-o claramente, desce-se ao pormenor da ilha ou cidade, noutros utiliza-se um termo o mais abrangente possível”,²⁰ criando desigualdades de informação. Por fim, devemos dizer que o intuito dos agentes da comunidade de pertença dos que morreram em transmitir a notícia do óbito ao pároco era não só religioso, de salvação da alma com a encomenda de missas, mas também legal, uma vez que o certificado era importante para a realização de segundos casamentos e para receber heranças,²¹ o que pode originar falsas notícias ou intencionalmente deturpadas, por exemplo nas datas da morte.

1.2. Registos Notariais

Os notários ou os tabeliães, como começaram por ser chamados, têm e tiveram como função comprovar legalmente a autenticidade dos atos privados, quer isto dizer, tornar legais os compromissos entre os indivíduos. Como tal, estes documentos jurídicos têm inúmeras tipologias, já que os compromissos que os sujeitos legalizam podem ser dos mais variados, desde simples procurações para que alguém possa substituir outrem numa determinada ocasião até vendas, trespases, fianças, obrigações, dotes de casamento, quitações, fretamentos e muitas outras realidades.

¹⁹ Helena Osswald e Amélia Polónia, “No Reverso do Tratado de Tordesilhas: Portugueses nas Índias de Castela Durante o Período de União Dinástica”, *Vértice*, 2.^a Série, 63 (1994): 47.

²⁰ Osswald e Polónia, “Reverso”, 47.

²¹ Osswald e Polónia, “Reverso”, 47.

O facto de o notário, um oficial examinado por representantes da Coroa,²² conferir legalidade a um ato entre outorgantes privados representa uma vantagem que é a de ele procurar obter informações de forma a cumprir os requisitos legais necessários para que os atos privados possam ser autenticados. Estas informações recolhidas pelo detentor deste ofício serão a base da análise desta fonte, pois aqui encontram-se os nomes dos outorgantes e, por vezes, o local onde residem ou de onde são naturais e a sua profissão, além de algumas relações de parentesco, permitindo um cruzamento com os registos paroquiais mais eficaz. Porém, por outro lado, temos a dupla desvantagem de o acesso a estes atos de fé pública estar confinado a quem pode pagar a taxa imposta legalmente, o que significa um acesso vedado à maioria pobre que prefere o contrato oral,²³ e de os intervenientes terem de fazer com que as mais diversas situações encaixem na lei, o que pode implicar o uso de uma linguagem jurídica redutora ou uma manipulação da realidade²⁴. Pode ainda dar-se o caso de o notário, como único elemento conhecedor da lei e capaz de ler e escrever, deturpar aquilo que os clientes lhe comunicam.²⁵

A utilização deste tipo de registo tem ainda a desvantagem de confrontar o investigador com lacunas cronológicas, pois entre 1560 e 1600 os intervalos de 1561 a 1564, 1569 a 1570, 1572 a 1575, 1576 a 1578, 1582 a 1583, 1587 a 1589 e 1593 a 1595 não apresentam qualquer produção notarial, no caso de Vila do Conde.²⁶

2. Espaços de Emigração

2.1. Destinos de Emigração

Antes de traçar o perfil da emigração devemos saber para onde partem as gentes que deixam as suas terras para trás. É esse o objetivo desta parte do trabalho. Tentaremos aqui ver, tão detalhadamente quanto possível, os territórios ultramarinos que servem de espaço de acolhimento aos homens e mulheres identificados na documentação de Vila do Conde. Em primeiro lugar vamos abordar este aspeto dos perfis dos emigrantes de uma forma mais global, procedendo, para isso, à categorização dos espaços que estes ocupam por todo o mundo ultramarino. Para o fazer recorreremos a um quadro e um gráfico que servirão de base de estudo.

²² Osswald e *Nascer*, 18.

²³ Polónia, *Vila*, I, 32.

²⁴ Osswald, *Nascer*, 76.

²⁵ Osswald, *Nascer*, 78.

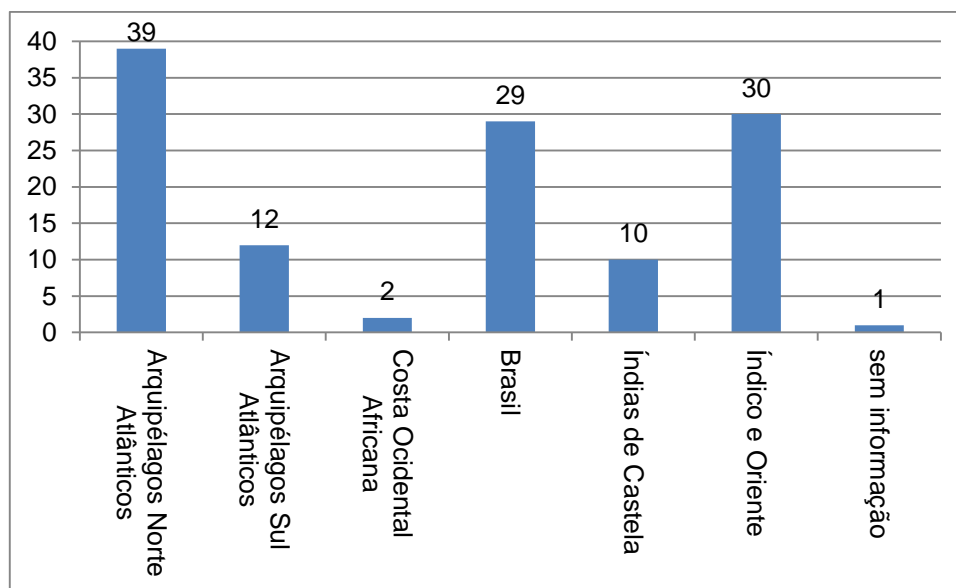
²⁶ Polónia, *Vila*, I, 33.

Quadro 1. Distribuição dos Emigrantes por Regiões dos Territórios Ultramarinos (1560-1600)

Regiões	Nº de emigrantes
Arquipélagos Norte Atlânticos	39
Arquipélagos Sul Atlânticos	12
Costa Ocidental Africana	2
Brasil	29
Índias de Castela	10
Índico e Oriente	30
Sem informação	1
Total	123

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de baptismos;²⁷ ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios*.

Gráfico 1. Distribuição dos Emigrantes pelos Territórios Ultramarinos (1560-1600)



Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de baptismos;²⁸ ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de casamentos; ADP, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de óbitos; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios*.

Na análise do Quadro 1 torna-se óbvia a preferência dos emigrantes pelos arquipélagos da Madeira, Açores e Canárias, pois vemos ser atribuídos aos

²⁷ Mantemos aqui a grafia original com que nos podemos deparar no arquivo para facilitar o acesso a esta documentação.

²⁸ Mantemos aqui a grafia original com que nos podemos deparar no arquivo para facilitar o acesso a esta documentação.

arquipélagos norte atlânticos 39 dos 123 emigrantes encontrados na documentação, perfazendo 31,7% do total de emigrantes em todos os territórios ultramarinos. Significa isto que no século XVI, mesmo só podendo ser analisados os 40 anos finais, os arquipélagos mais próximos do reino são aqueles que ainda exercem maior atração sobre os emigrantes. O espaço que acolhe mais emigrantes depois das ilhas é o Índico e Oriente, ou seja, o Estado da Índia, com 30 indivíduos e 24,4% do total de emigrantes. Imediatamente a seguir, e com menos um emigrante, encontramos o Brasil, com um valor que, apesar de elevado, 29, não é ainda representativo da primazia que este território assume na emigração, particularmente a partir do Entre-Douro-e-Minho, no século XVII.²⁹ Seguem-se os Arquipélagos Sul Atlânticos (9,8%), as Índias de Castela (17,1%) e a Costa Ocidental Africana (10,5%). Além destes, temos ainda um indivíduo para o qual não temos referência ao destino de emigração, apenas sabemos que estava emigrado.

Devemos agora olhar para cada um dos territórios englobados nestas categorias para tentar perceber onde se encontram os emigrantes.

Quadro 2. Destinos da Emigração Detetada na Documentação de Vila do Conde (1560-1651)

Regiões	Local	Local específico	Nº de Emigrantes	% de emigrantes em cada local específico
Arq. Norte Atlânticos	Açores	-	0	0
		Ilha do Faial	2	1,6
		Ilha de São Miguel	2	1,6
		Ponta Delgada (São Miguel)	3	2,4
		Ribeira Grande (São Miguel)	2	1,6
		Ilha Terceira	1	0,8

²⁹ Joaquim Romero Magalhães, "A Construção do Espaço Brasileiro" Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa* ([Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998), II, 118.

		Angra do Heroísmo (Terceira)	1	0,8
	Madeira	-	0	0,0
		Ilha da Madeira	3	2,4
		Funchal (Madeira)	8	6,5
		Santa Cruz (Madeira)	3	2,4
		Ribeira Brava (Madeira)	1	0,8
	Canárias	-	0	0,0
		Ilha de Tenerife	3	2,4
		Garachico (Tenerife)	2	1,6
		Ilha Grã-Canária	4	3,3
		Ilha de Palma	4	3,3
Arq. Sul Atlânticos	Cabo Verde	-	1	0,8
		Ilha de Santiago	1	0,8
	São Tomé e Príncipe	-	0	0,0
		Ilha de São Tomé	10	8,1
Costa Oc. Africana	Angola	-	1	0,8
	Guiné	-	1	0,8
Brasil	Brasil	-	1	0,8
		Baía	5	4,1
		Salvador (Baía)	2	1,6
		Pernambuco	5	4,1
		Olinda (Pernambuco)	15	12,2
		São Vicente	1	0,8
Índias de Castela	Índias de Castela	-	6	4,9
		Antilhas (Nova Espanha)	1	0,8
		Perú	1	0,8
		São João de Olva (Nova Espanha)	1	0,8

		Cartagena das Índias (Perú)	1	0,8
Índico e Oriente	China	-	0	0,0
		Macau	1	0,8
	Índia	-	13	10,6
		Bengala	1	0,8
		Cochim	3	2,4
		Goa	9	7,3
	Japão	-	1	0,8
	Malaca	-	2	1,6
sem informação	-	-	1	0,8
Total	-	-	123	100

Fontes: ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

O Quadro 2 mostra-nos que se, por exemplo, no caso dos Arquipélagos Norte Atlânticos a distribuição dos emigrantes é quase equitativa, estando 11 nos Açores, 13 nas Canárias e 15 na Madeira, no caso dos Arquipélagos Sul Atlânticos ou do Índico e Oriente a situação não se repete, verificando-se, pelo contrário, locais que dominam a concentração dos emigrantes da região. Ao passo que Cabo Verde contabiliza apenas 2 indivíduos, São Tomé e Príncipe tem referências na documentação a 10. No Índico e Oriente é, sem dúvida, a Índia o principal destino com 26 dos 30 indivíduos lá detetados neste período de tempo.

Podemos descer ainda mais para fazer uma observação profunda da distribuição dos emigrantes nos principais destinos encontrados nos registos paroquiais e notariais de Vila do Conde produzidos entre 1560 e 1600.

Começaremos então pelo caso do Brasil que nos traz um problema que se repete com outros destinos, o da falta de referências a espaços de emigração concretos, sendo vulgar o uso da expressão de “partes do Brasil”. Apesar da dificuldade, para a esmagadora maioria daqueles para que conseguimos apurar o local de residência, a capitania que se destaca é a de Pernambuco, que junta 20 emigrantes, dos quais 15 sabemos estar em Olinda, indo, portanto ao encontro da bibliografia que afirma que esta

era “a principal praça portuguesa em Pernambuco”.³⁰ A outra capitania que se destaca é a de São Salvador da Baía, onde estão 5 indivíduos. Sabemos, portanto, que a concentração de emigrantes que partiam para esta colónia se fazia sobretudo no Nordeste, essencialmente em Olinda.

Para o caso da Índia, deparamo-nos, uma vez mais, com o problema de metade das localidades onde habitam os emigrantes não estar discriminada. No entanto, os resultados que obtivemos destacam Goa como destino de preferência ao acolher 9 indivíduos, ficando em segundo lugar Cochim com 3 indivíduos e em último, com 1 emigrante, Bengala. O que podemos avançar ao observar estes números é que a preferência dos emigrantes se dirige para a Costa Oeste da Índia, pois fora dela apenas encontramos um emigrante no Nordeste, em Bengala. Goa estava então estabelecida como o grande centro atrativo na Índia.

Relativamente à emigração em direção às Índias de Castela, esta parece ter sido mais dispersa do que aquela que teve como destinos o Brasil ou a Índia. Apesar de, com 2 referências cada, a América Central e a América do Sul receberem igual número de emigrantes, a exiguidade de referências, tendo em conta que para mais de metade o destino concreto não é especificado, não permite grandes conclusões. No entanto, os dados parecem confirmar a fraca relação de Vila do Conde com o vice-reino do Perú.³¹

Detetadas as zonas onde os emigrantes se vão instalar, ponto primordial do estudo dos perfis da emigração, é altura de este trabalho se voltar para outros campos.

2.2. Fluxos

Com o objetivo de detetar os fluxos de emigração, foi feito um apanhado das presenças nos territórios ultramarinos em todos os documentos selecionados, começando, portanto, em 1560, e indo até 1620. Uma vez que as fontes permitem que se estenda o período em análise, no caso do traçar dos fluxos de emigração esta é uma boa forma de compreender melhor as linhas que se foram desenhando ao longo da segunda metade do século XVI, permitindo detetar comportamentos que de outra forma poderiam não ser visíveis. Como já foi explanado, o número de emigrantes encontrados por este trabalho é de 123, porém para um deles não sabemos o destino de emigração. O que esta parte do trabalho vai determinar é a primeira menção feita aos emigrantes, para a partir de aí se detetar os fluxos de emigração. Assim, o método usado foi o de

³⁰ Magalhães, “Construção”, II, 118.

³¹ Maria da Graça A. Mateus Ventura, *Portugueses no Peru ao Tempo da União Ibérica: Mobilidade, Cumplicidades e Vivências* (Lisboa: INCM, 2005), I, Tomo II, 203, 269-270, 367, 410.

levantar todos os destinos mencionados na documentação e distribuí-los por décadas que facilitem a análise e compreensão dos resultados. A utilização deste balizamento cronológico fez com que o primeiro e intervalo fosse constituído por 11 anos em vez de 10, já que engloba os anos entre 1560 e 1570. O resultado do levantamento de dados está patente no Quadro 3.

Quadro 3. Os Fluxos de Emigração (1560-1620)

Anos/Destinos	1560-1570	1571-1580	1581-1590	1591-1600	1601-1610	1611-1620	Total
Arquipélagos Norte Atlânticos	16	11	12	0	7	2	48
Arquipélagos Sul Atlânticos	0	3	8	1	8	1	21
Costa Ocidental Africana	0	0	1	2	10	6	19
Índico e Oriente	3	6	11	10	10	24	64
Índias de Castela	1	0	2	6	20	18	47
Brasil	0	3	16	10	17	34	80
Total	20	23	50	29	72	85	279³²

Fontes: ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

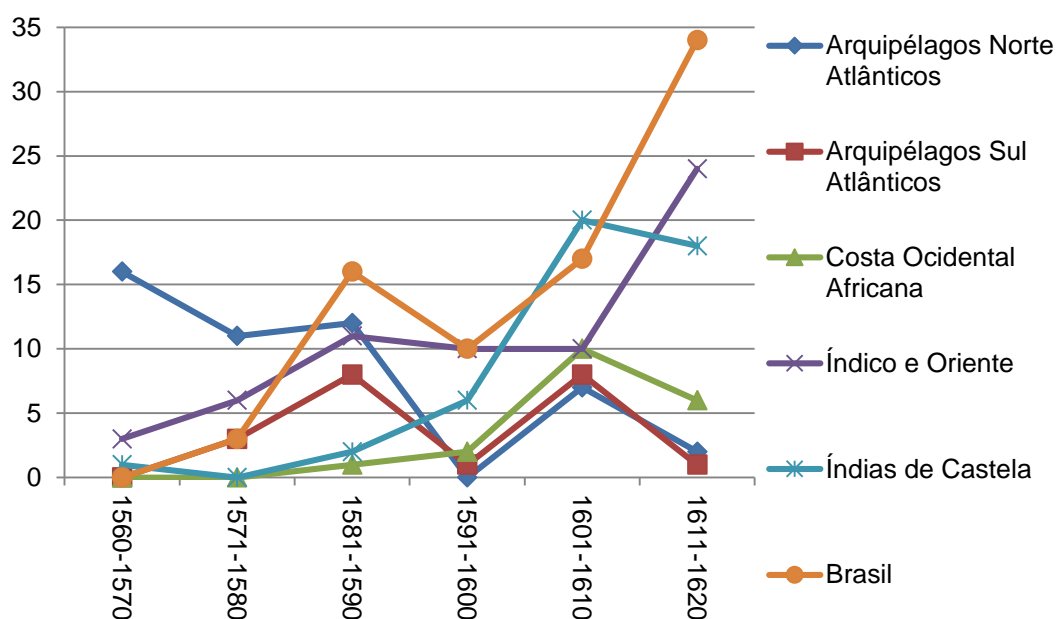
Um olhar rápido sobre o Quadro 3 permite de imediato perceber a importância dos arquipélagos norte atlânticos nas primeiras décadas em análise. É nestas ilhas que os emigrantes se concentram e só mais tarde, a partir da penúltima década do século, optam por destinos mais distantes. Nos anos de 1590, há uma quebra na emigração, passando de 50 indivíduos ausentes nos dez anos anteriores, para 29 nessa década, à qual se segue uma outra de grande aumento, com 72 emigrantes identificados. É nos anos que antecedem esta crise que se dá uma reviravolta nos destinos escolhidos, pois se o Oriente já vinha absorvendo parte dos emigrantes, é só nos anos 80 do século XVI que o Brasil se estabelece como destino de eleição dos emigrantes, sendo ultrapassado no início do século seguinte, para logo na segunda década se distanciar novamente, como se pode ver pelo Gráfico 2. Podemos ainda observar que os valores das primeiras décadas examinadas não são muito elevados, pelo menos até 1580, pois entre 1581 e

³² O total de 279 representa o número de emigrantes encontrados entre 1560 e 1620 nos territórios ultramarinos.

1590 há uma subida de mais de 100% do total de emigrantes detetados na década anterior, para a qual o incremento do curso também pode ter funcionado como fator.³³

Para melhor se poder desenvolver o estudo sobre estes fluxos de emigrantes foram elaboradas os Gráficos 2 e 3 através do Quadro 3 que nos dão uma visão diacrónica mais esclarecedora da realidade com que nos deparamos e dos pesos relativos de cada espaço na distribuição dos emigrantes, permitindo até algumas leituras conjunturais.

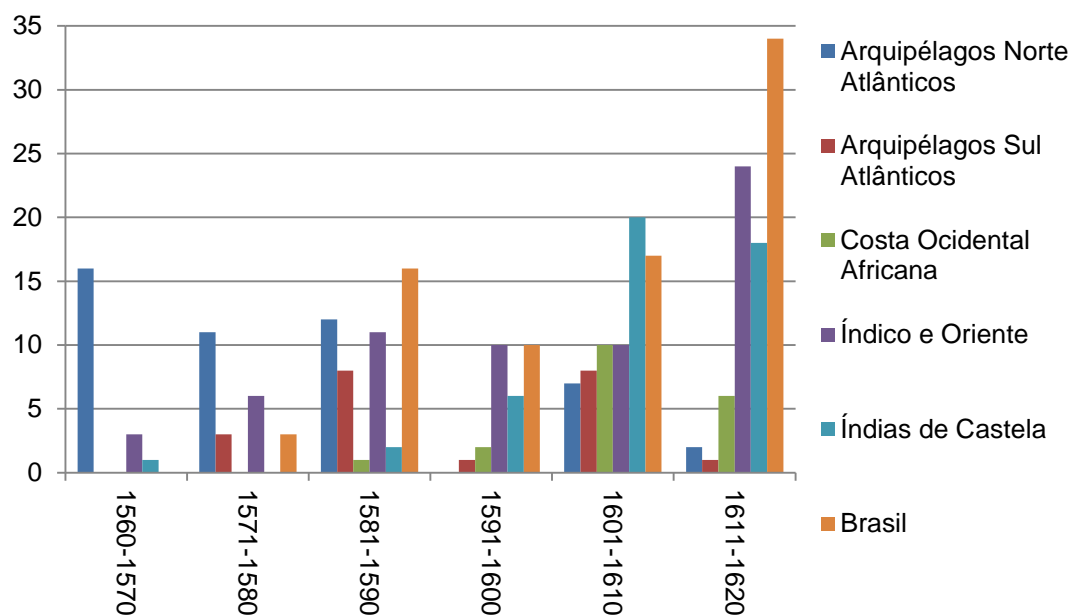
Gráfico 2. Os Fluxos de Emigração (1560-1651)



Fontes: ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

³³ Polónia, *Vila*, I, 201-204.

Gráfico 3. Os Fluxos de Emigração (1560-1651)



Fontes: ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

Madeira e Açores, que, como a bibliografia de uma forma razoavelmente pouco contestada nos explica,³⁴ foram colonizados desde a primeira metade do século XV, continuam nesta época a exercer alguma atração, apesar de na entrada para o século XVII já não a terem. Todavia, e como já vimos na crítica de fontes, devemos ter em conta as ausências de produção de documentação, mormente notarial, no período que medeia entre 1560 e 1601, pois pode ser um obstáculo à compreensão da verdadeira realidade da emigração da época, ainda que este estudo use também os registos paroquiais que não foram alvo de interrupções de produção por períodos tão alargados.

Ao seguirmos as figuras 2.1 e 2.2 outra evidência surge com maior destaque. No seguimento do Brasil, que se destaca logo entre 1581-1590 dos restantes destinos, possivelmente com a maturação atingida pela economia açucareira na década anterior neste território,³⁵ temos uma emigração bastante intensa para o Estado da Índia e depois para as Índias de Castela, ao ponto de, na primeira década do século XVII, serem as Índias de Castela o destino de eleição dos emigrantes, algo que indica a influência

³⁴ Vitorino Magalhães Godinho. *A Expansão Quatrocentista Portuguesa* (Lisboa: Dom Quixote, 2008), 301-306.

³⁵ Jorge Couto, *A Construção do Brasil* (Lisboa: Edições Cosmos, 1995), 286-296. Stuart Schwartz, "A «Babilónia» Colonial: a Economia Açucareira", Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 1998), II, 214-218.

exercida pelo domínio dos *asientos*³⁶ pelos portugueses,³⁷ chamando reinóis ligados a atividades marítimas, como se verá, para garantir o cumprimento dos contratos de tráfico de escravos.

Esta abordagem à presença de emigrantes nos territórios ultramarinos ao longo do tempo torna clara a vantagem da utilização da documentação das primeiras duas décadas do século XVII. Através dela percebemos que o crescimento da emigração que se vem a registar desde 1581-1590 é parte integrante de um movimento mais amplo que só viria a atingir o seu pico quatro décadas mais tarde. Da mesma forma, a perceção que temos da quebra de emigração que tem como destino as ilhas atlânticas é maior, pois só no século XVII é que esta se torna praticamente residual.

Estes resultados parecem confirmar aquilo que a bibliografia que trata estas temáticas tem vindo a afirmar. Na segunda metade do século XVI, existe ainda uma proeminência dos Açores e da Madeira como territórios alvo da emigração de reinóis, mas o Brasil rapidamente cresce como destino de eleição, tendo já uma grande comunidade a partir de 1580.³⁸ O crescimento da emigração por este trabalho detetado desde o início do século XVII foi também já relatado por outros autores, incluindo a forte presença de emigrantes no Brasil, mesmo quando existiu um incremento do número de emigrantes nos vários destinos.³⁹ O mesmo aconteceu com o decréscimo da procura dos arquipélagos atlânticos desde o século XVII, depois de serem um dos principais destinos nas últimas décadas do século XVI.⁴⁰

Ainda quanto aos fluxos de emigração é importante analisar o período que compreende a União Dinástica, pois este é geralmente tido como um de forte atração de emigrantes portugueses,⁴¹ mesmo sendo estes considerados estrangeiros e,

³⁶ Referimo-nos aqui aos *asientos* de escravos criados pela Coroa Castelhana em 1594. Estes eram contratos que a Coroa fazia com particulares, os *asientistas*, que, em troca de um determinado valor estabelecido em leilão, lhes garantia o monopólio do abastecimento das Índias de Castela em mão-de-obra escrava, por um prazo e preço máximo definidos. O *asientista* podia depois vender licenças a comerciantes que desejassem importar escravos ou fazê-lo ele próprio.

³⁷ Gleydi Sullón Barreto, *Vasallos y Extranjeros. Portugueses en la Lima Virreinal, 1570-1680*, [Tese de Doutoramento], (Universidad Complutense de Madrid, 2014), 43. Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 106. Enriqueta Vila Vilar, "Los Asientos Portugueses y el Contrabando de Negros", *Anuario de Estudios Americanos*, 30 (1973): 557-558; Ricardo Escobar Quevedo, *Inquisición y Judaizantes en América Española (Siglos XVI-XVII)* (Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2008), 246.

³⁸ Couto, *Construção*, 275-281. Mafalda Soares da Cunha, "A Europa que Atravessa o Atlântico (1500-1625)", João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (orgs.), *O Brasil Colonial* ([s.l.]: Civilização Brasileira, 2014), I, 282-285; Jorge M. Pedreira, "Brasil, Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e Mobilidade Social (Séculos XVII e XVIII)", *Anais da Universidade de Évora*, 8 e 9 (2001): 47-72, 52-54. Separata.

³⁹ Polónia, *Vila*, I, 673.

⁴⁰ Polónia, *Vila*, I, 673.

⁴¹ Sullón Barreto, *Vasallos*, 65. Daviken Studnicki-Gizbert, *A Nation Upon the Ocean Sea: Portugal's Atlantic Diaspora and the Crises of the Spanish Empire, 1492-1640* (Oxford: Oxford University Press, 2007), 44.

portanto, ilegais.⁴² É de destacar que o fluxo traçado a partir da documentação de Vila do Conde tende a aproximar-se mais dos resultados obtidos para Lima do que para o conjunto das Índias, o que pode ser um indicativo do local de permanência dos indivíduos para os quais não foi possível apurar um destino concreto de emigração dentro das Índias. O que se pode dizer é que a União Dinástica não teve grande influência, pelo menos direta, nas preferências dos emigrantes, pois não vemos uma subida acentuada da emigração para as Índias de Castela na década de 1580 ou mesmo na seguinte. Esta parece antes ter seguido as tendências económicas, como a já mencionada monopolização dos *asientos* de escravos pelos portugueses, tendo acontecido o mesmo com o Brasil, que atrai mais reinóis na fase áurea do cultivo do açúcar.

3. Perfis

3.1. Estado Civil

Relativamente ao estado civil o universo ao qual tivemos acesso não é muito significativo, mas quando comparado com a bibliografia revela-se suficiente para perceber o panorama geral daquela que era a realidade da altura. Dos 123 indivíduos identificados, 121 homens e 2 mulheres, apenas para 32 conseguimos estabelecer o estado civil. Temos, portanto, 25 homens casados, 1 viúvos, 1 viúva e 5 solteiros, aos quais juntamos 6 clérigos que são forçosamente solteiros, mas que achamos que merecem ser destacados dos outros pelo seu estilo de vida que os obriga a não casar e a não ter descendência, ainda que, pelo menos para um deles, esta tenha sido apurada. Esta diferença entre homens e mulheres casados foi também notória no caso do Perú para o período de União Dinástica⁴³ ou mesmo no do Brasil de finais do século XVI, particularmente no caso dos portugueses estabelecidos em Pernambuco,⁴⁴ principal ponto de concentração dos que encontramos neste estudo.

⁴² Sullón Barreto, *Vasallos*, 37-59. Daviken Studnicki-Gizbert, *Capital's Commonwealth: The World of Portugal's Atlantic Merchants and the Struggle over the Nature of Commerce in the Spanish Empire, 1492-1640*, [Tese de Doutoramento], (Yale University, 2001), 65.

⁴³ Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 211.

⁴⁴ Tarcizio do Rêgo Quirino, *Os Habitantes do Brasil no Fim do Século XVI* (Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1966), 73-76.

3.2. Naturalidade e Moradas

É agora altura de determinarmos as naturalidades e as moradas dos emigrantes no reino antes de partirem. A partir daqui poderemos compreender quais as redes de migração do reino, ou seja, quais as redes internas que se formam em torno de Vila do Conde. Para isto procedemos à elaboração de dois quadros com o intuito de num condensar os dados que obtivemos para as naturalidades dos emigrantes possíveis de captar pela documentação do burgo e no outro agrupar a informação sobre o local de morada dos indivíduos antes de partirem para os territórios ultramarinos.

Quadro 4. Naturalidades dos Emigrantes

Naturalidade	Nº de indivíduos
Azurara	1
Felgueiras	1
Ponte de Lima	1
Porto	1
Póvoa do Varzim	1
Santo Tirso	1
Vila do Conde	4
Total	10

Fontes: ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Offícios.

Quadro 5. Moradas dos Emigrantes Antes de Partirem

Morada	Nº de indivíduos
Guimarães	2
Porto	1
Póvoa do Varzim	2
Vila do Conde	7
Total	12

Fontes: ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Offícios.

Para os 123 emigrantes apenas conseguimos apurar a naturalidade de 10, sendo quase metade destes de Vila do Conde (40%), como é visível no Quadro 4. Das restantes terras de origem dos emigrantes nenhuma fica a Sul do rio Douro. Todos

provêm do Entre-Douro-e-Minho, indicando-nos esta comarca como aquela sobre a qual Vila do Conde exerce mais atração. O resultado que obtivemos para as moradas sugere-nos o mesmo. Dos 12 emigrantes apurados 7 moravam em Vila do Conde, ou seja, 58%. Os restantes 5 tinham na sua maioria residência no Entre-Douro-e-Minho, a maioria em locais próximos da vila, como a Póvoa do Varzim e o Porto.

Os resultados obtidos neste trabalho parecem ir no mesmo sentido daqueles a que chegou o estudo sobre Vila do Conde Quinhentista que temos vindo a seguir, ainda que, nesse caso, se procure determinar os imigrantes do burgo. Aí, para se determinar a proveniência daqueles que não são da vila recorreu-se aos registos paroquiais de casamento, onde se procurou saber o local de origem dos nubentes. O peso que assumem os casamentos realizados na vila que envolvem nubentes exógenos é bastante elevado, atingindo uma média de 48,2% entre 1566 e 1640⁴⁵, num total de 473 homens e 84 mulheres envolvidos em 520 casamentos⁴⁶. Para o caso das mulheres, a sua origem prende-se no

espaço territorial envolvente da vila, congregando os termos do então concelho de Barcelos e da Maia, para além dos núcleos cuja proximidade toma inevitável a natural miscigenação: Azurara e a Póvoa de Varzim.⁴⁷

Os nubentes masculinos têm uma proveniência mais diversificada dentro do reino.⁴⁸

Falta agora determinar onde se encontram estes homens para os quais conseguimos apurar as proveniências. Para esse efeito, elaboramos duas figuras, uma para as naturalidades e outra para as moradas dos indivíduos no reino antes de partirem. Através delas vamos tentar compreender se existe alguma preferência pelos destinos conforme a localidade de onde se é natural ou onde se habita, ou seja, vamos testar a tese de conterraneidade dos emigrantes,⁴⁹ que invoca a continuidade da proximidade estabelecida entre os indivíduos no reino.

⁴⁵ Polónia, *Vila*, I, 254.

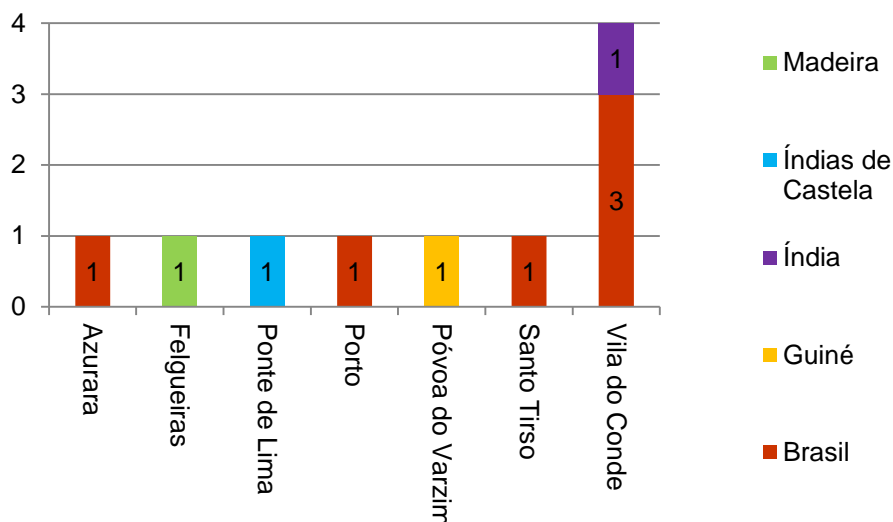
⁴⁶ Polónia, *Vila*, I, 255.

⁴⁷ Polónia, *Vila*, I, 256.

⁴⁸ Polónia, *Vila*, I, 256-257.

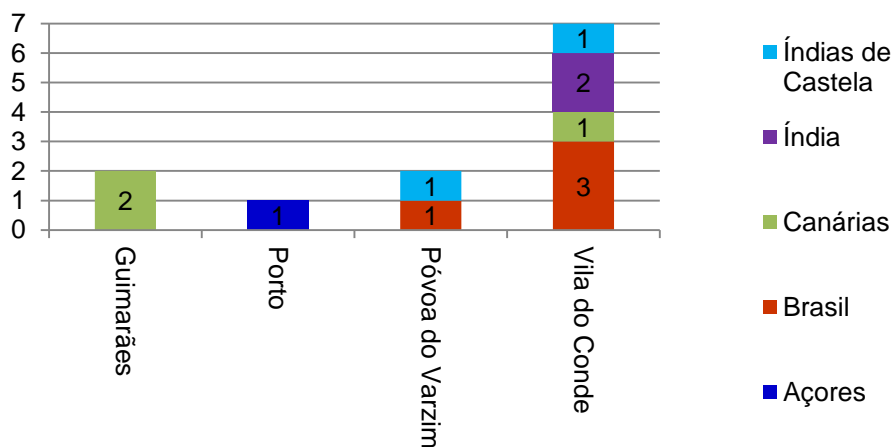
⁴⁹ Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 203.

Gráfico 4. Distribuição dos Emigrantes Segundo a Sua Naturalidade



Fontes: ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

Gráfico 5. Distribuição dos Emigrantes Segundo a Sua Morada no Reino Antes de Partirem



Fontes: ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

Os dados que conseguimos obter nos Gráficos 4 e 5, respeitantes a 10 e 12 indivíduos no que toca a naturalidades e moradas, respetivamente, são perentórios em esclarecer que a população de Vila do Conde partia da vila sobretudo com destino ao Brasil. Todavia, apesar de neste período os destinos dominantes serem os arquipélagos norte atlânticos, a referência a estes é só feita 2 vezes, para indivíduos com habitação em Guimarães, o que, apesar da escassez da amostra, cerca de 18% dos emigrantes, pode ser indicativo de uma ligação entre as gentes dos dois espaços. Sendo o Brasil o

destino que representa apenas a terceira opção dos indivíduos que partem na segunda metade do século XVI, o facto de ser o território preferido dos vila-condenses faz com que seja aquele que nos surge mais vezes, uma vez que é a documentação desta vila que aqui estudamos. Por outro lado, o facto de o destino de preferência dos vila-condenses ser o Brasil, mas isto não se verificar naqueles que têm morada na vila pode significar que a grande atração exercida por Vila do Conde faz com que estas gentes se instalem na vila oriundos dos vários locais já assinalados e daí partam para os territórios ultramarinos de acordo com os seus próprios contactos e as redes em que estão inseridos que não os levam necessariamente para os locais mais procurados pelos vila-condenses. Uma observação mais atenta da Figura 4 parece sugerir isso mesmo, pois vemos que Porto e Guimarães não registam nenhum emigrante no Brasil. Assim, a tese da conterraneidade dos indivíduos parece fazer sentido. Porém, não devemos esquecer o pequeno universo sobre o qual nos podemos debruçar, que não deixa que estas conclusões sejam tão sólidas como desejaríamos.

3.3. Estatutos e Profissões

Voltamo-nos agora para a determinação dos estatutos e profissões dos emigrantes encontrados na documentação de Vila do Conde. Estes são sem dúvida elementos importantes do perfil que tentamos traçar, pois através deles podemos perceber se há algumas profissões que têm mais procura nos territórios ultramarinos ou, de um outro ponto de vista, menos procura no reino e em particular na vila, forçando os homens a emigrar. Na examinação dos estatutos, cargos e condições socioprofissionais buscamos aferir, através do número de vezes que se repete cada um deles, a necessidade dos territórios ultramarinos dos vários tipos de homens, de várias condições, e mesmo os contingentes que a vila podia enviar. Para o fazer elaboramos o Quadro 6.

Quadro 6. Estatutos, Cargos e Condições Socioprofissionais dos Emigrantes

Estatuto	Nº de Homens
Cavaleiro da Casa Real	1
Cavaleiro fidalgo da Casa Real	3
Clérigo	6
Doutor	1
Doutor/Fidalgo da Casa Real	2
Fidalgo da Casa Real	4
Total	17

Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos*; ADP, *Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos*; ADP, *Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos*; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Offícios*.

O número dos emigrantes para os quais conseguimos encontrar referências a estatutos, cargos e condições socioprofissionais não é significativo, pois reduz-se a um universo de 17 indivíduos, o que corresponde a 13,8% da amostra. Porém, do Quadro 6, uma evidência se torna relevante. Os territórios ultramarinos exigiam um constante envio de clérigos para a sua evangelização e Vila do Conde contribuía com a sua parte, já que o número destes homens que encontramos representa quase um terço das referências com referência a estatuto, 6. Seguem-se os fidalgos em número de 4, fora os 2 que eram também doutores. O número de nobres não se ficava por aqui, pois como vemos, existiam ainda 3 cavaleiros fidalgos e 1 cavaleiro da Casa Real. Há então outro dado que se sobressai, o elevado estatuto social não significava necessariamente um estilo confortável de vida, pois “Para muitos, a emigração constituía menos uma janela de oportunidades do que uma fuga à pobreza, à discriminação, a condições de vida inaceitáveis e à coacção”,⁵⁰ ou uma falta de ambição.

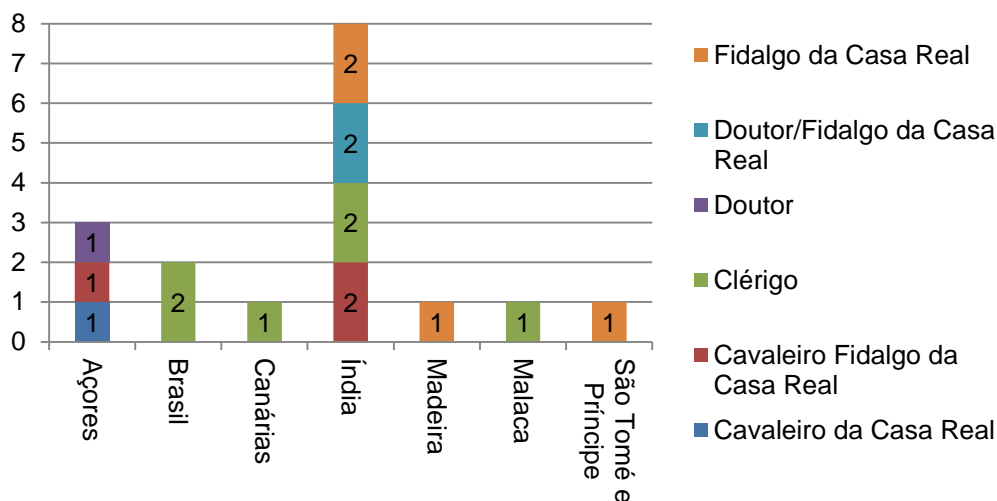
Não podemos deixar de ressaltar que a própria condição social ou socioprofissional, e o seu estatuto, deve ter conduzido a uma mais frequente menção destes indivíduos, que não parece ter igual nos restantes 86,2%⁵¹ da amostra para os quais não temos menção, porventura por terem um estatuto social menos destacado na e pela comunidade.

⁵⁰ A. J. R. Russel-Wood, “Fluxos de Emigração”, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa*. (Mem Martins: Círculo de Leitores, 1998), I, 225.

⁵¹ Percentagem obtida tendo em conta que temos menção ao estatuto socioprofissional de 17 dos 123 emigrantes detetados na documentação.

Para compreendermos melhor não só aquelas pessoas que partiam, mas também os espaços onde chegavam, temos de olhar para o local onde se estabeleciam e, ao compará-lo com o estatuto de cada um dos emigrantes que recebe, perceber o tipo de emigração que para aí se dirigia. Para este efeito elaborámos o Gráfico 6.

Gráfico 8. Localização dos Emigrantes com Base nos Seus Estatutos Sociais



Fontes: ADP, *Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos*; ADP, *Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos*; ADP, *Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos*; ADP, *Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios*.

Como podemos ver, a Índia é o território que absorve um maior número de gente nobre, ao aglomerar 4 fidalgos da Casa Real, 2 deles doutores, e 2 cavaleiros da mesma Casa. Mesmo com esta pequena amostra é perceptível que a Índia é um espaço de nobres por excelência. Porém, outros espaços também se destacam a receber nobres, como o caso das ilhas atlânticas, entregues a um regime de capitánias donatárias. Do Gráfico 6 podemos ainda aferir que espaços como o Brasil e a Índia eram aqueles que absorviam o maior número de clérigos, demonstrando a necessidade que se reconhecia no reino de evangelizar esses espaços.

Já quanto às profissões escolhemos trabalhá-las de forma diferente. Como o número de profissões ou combinações de profissões é demasiado elevado, 35, decidimos agrupá-las por categorias que facilitam a sua análise. O resultado da investigação permitiu elaborar os Quadros 7 e 8 e o Gráfico 7.

Quadro 7. Profissões dos Emigrantes

Profissões	Nº de indivíduos	%
Pilotos	5	10,64
Pilotos e Patrões da Ribeira	1	2,13
Mareantes	11	23,40
Mareante e Sapateiro	1	2,13
Patrões da Ribeira	1	2,13
Mercadores	13	27,66
Tanoeiros/Toneleiro	4	8,51
Alfaiates	2	4,26
Bispos	1	2,13
Padres/Frades	5	10,64
Escrivães	1	2,13
Feitores Régios	1	2,13
Lavradores	1	2,13
-	47	100

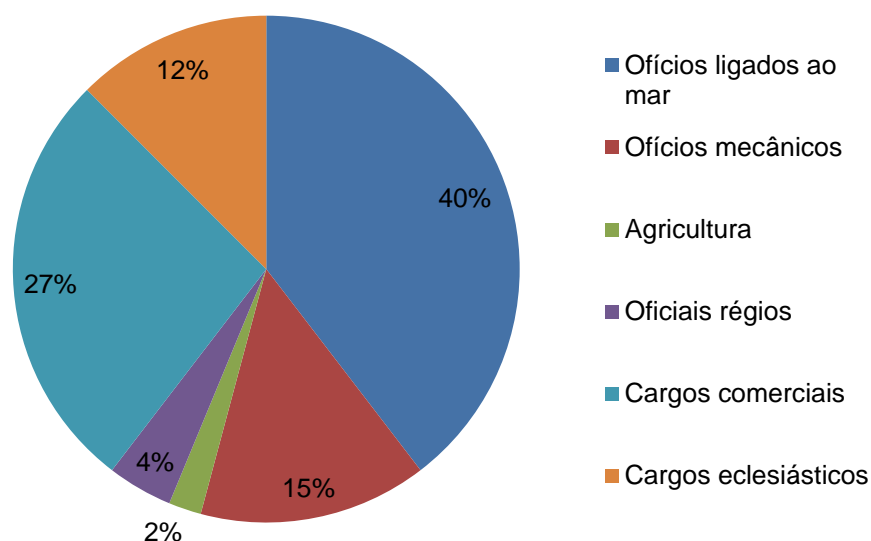
Fontes ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

Quadro 8. Categorias Profissionais dos Emigrantes

Categorias de profissões	Nº de indivíduos
Ofícios ligados ao mar	19
Ofícios mecânicos	7
Agricultura	1
Oficiais régios	2
Cargos comerciais	13
Cargos eclesiásticos	6
Total	48

Fontes ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

Gráfico 7. Categorias Profissionais dos Emigrantes (em %)



Fontes ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

Como podemos ver pelo Gráfico 7, as profissões ligadas à atividade marítima são as mais comuns entre os emigrantes, tal como da população da vila,⁵² representando 40% do total, contra 27% dos cargos comerciais e 15% dos ofícios mecânicos, as segunda e terceira categorias mais vezes encontradas. Dentro das profissões mais comuns na categoria ligada às atividades marítimas estão os mareantes, atividade profissional de 11 emigrantes, e os pilotos, com 5 representantes que se dedicam em exclusivo a ela. No entanto, se vista individualmente, a profissão que mais se destaca é a dos mercadores que conta com 13 elementos, evidenciando, em simultâneo, a necessidade que os territórios ultramarinos tinham em absorver indivíduos ligados a esta profissão e a atração exercida por esses espaços para aqueles ligados ao comércio. No Quadro 7 destacam-se ainda os números de padres, que preenchem 5 dos 6 cargos eclesiásticos encontrados, e tanoeiros, 4. Por fim, temos os oficiais régios, com 4,17% das profissões e a agricultura com apenas 1 representante.

Faremos então uma breve comparação com o caso peruano no período da união dinástica. No caso de Quito, para o período compreendido entre 1595 e 1603, foram detetadas 10 profissões e 4 delas são relativas a marinheiros, sendo as outras disseminadas pelas várias áreas do trabalho, incluindo 1 mercador,⁵³ o que indica uma

⁵² Polónia, *Vila*, I, passim.

⁵³ Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 156.

proporção idêntica à nossa, tendo em conta a diminuta amostra. Na Tucumán do ano 1607, entre os 89 portugueses lá encontrados com profissões discriminadas na documentação, cerca de metade eram criados (23) ou mercadores (21).⁵⁴ A forte presença de mercadores dá solidez aos números a que chegamos, fazendo o mesmo os dados de Studnicki-Gizbert para todas as Índias de Castela entre 1510 e 1599.⁵⁵ A grande concentração de criados é, porém, estranha ao nosso estudo, se bem que possa resultar de uma adaptação à vida local que ao nosso trabalho escapou, pois não conseguimos determinar se os indivíduos deixaram de exercer as suas profissões para praticar outras atividades nos territórios ultramarinos. A ausência de gente ligada às atividades marítimas prender-se-á com a distância desta cidade à costa, o que eventualmente poderá também justificar a adaptação dos indivíduos a novas profissões. O caso de Cartagena das Índias, em 1630, volta a destacar os marinheiros que estão representados em número de 18 e os mercadores que são 16, aos quais se juntam 14 negreiros,⁵⁶ corroborando os resultados deste trabalho. O mesmo fazem os casos de Lima e Potosí, em 1595, que reuniam 6 homens nas atividades marítimas num total de 20, estando ainda 5 ligados à atividade mercantil.⁵⁷

O estudo feito para Vila do Conde, entre os anos de 1560 e 1640 apurou as profissões de 100 emigrantes, descortinando 29 mareantes e 26 pilotos. A estes seguem-se em quantidade os mercadores, com 12 representantes.⁵⁸ Ora, uma vez mais, estes dados confirmam os nossos, tornando-os mais sólidos na tentativa que fazem de tentar estabelecer um perfil da emigração a partir da documentação de Vila do Conde. Nota-se aqui que o perfil profissional dos homens da vila se adaptava bem àquelas que eram as necessidades do mundo português e castelhano.

Olhemos então para a distribuição destes emigrantes pelos territórios ultramarinos com o intuito de perceber onde se encontram mais vezes mencionadas cada uma das profissões. Para o fazer foi elaborada o Gráfico 8.

⁵⁴ Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 157.

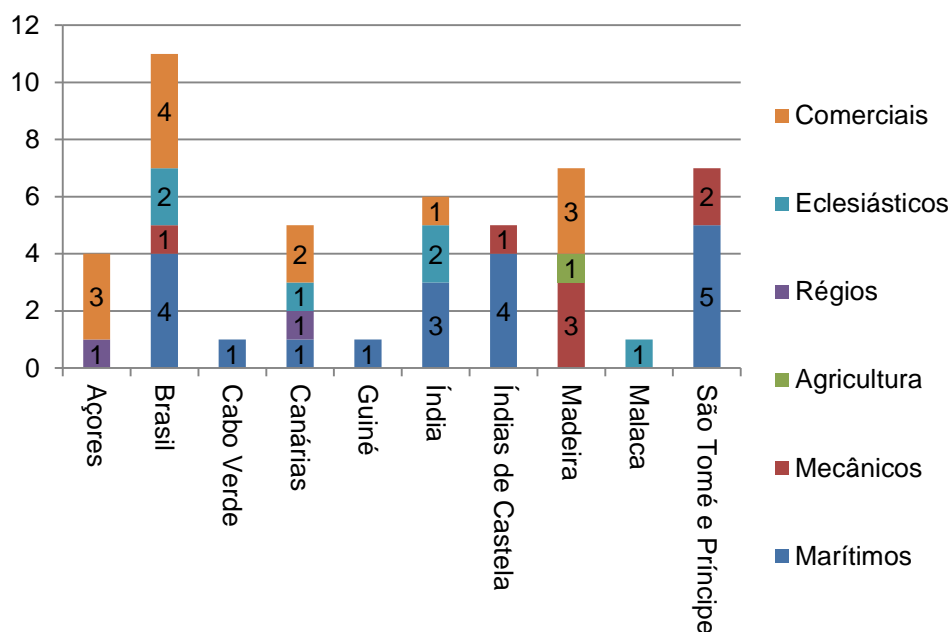
⁵⁵ Studnicki-Gizbert, *Capital's*, 62.

⁵⁶ Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 169.

⁵⁷ Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 153-154.

⁵⁸ Polónia, *Vila*, I, 678.

Gráfico 8. Distribuição das Categorias Profissionais pelos Territórios Ultramarinos



Fonte: ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

O gráfico anterior torna claro que, apesar de o Brasil ser o destino de preferência dos emigrantes, é em São Tomé e Príncipe que se concentram a maior parte dos indivíduos ligados a atividades marítimas, aquelas que mais gente ocupam entre os emigrantes. No entanto, o Brasil e as Índias de Castela seguem-lhe de perto com 4 indivíduos ligados a estas atividades. A Índia também concentra um elevado número destes profissionais, 3, seguindo-se todos os outros destinos, com a exceção da Madeira e dos Açores, com um representante cada. A cadência destes indivíduos dá-se sobretudo em locais intimamente ligados com o comércio de escravos, pelo que a sua presença nestes locais permite aferir uma necessidade de homens ligados a atividades marítimas que garantam o transporte de negros. Todavia, a sua presença nas ilhas norte atlânticas pode ser explicada pela “dinâmica insular, orientada para a exploração e o comércio exterior” como é explicado para o caso das Canárias.⁵⁹ Já no caso do Brasil, como foi explicitado, o comércio do açúcar contribuía também para uma maior absorção de homens que pudessem garantir o escoamento do produto.

⁵⁹ Javier Luis Álvarez Santos, *Los Portugueses en Tenerife en Tiempos de la Unión Ibérica*, [Tese de Doutoramento], (Universidad de La Laguna, 2015), 240-241.

Os ofícios mecânicos, por outro lado, concentram-se principalmente na Madeira e em São Tomé e Príncipe que têm, respetivamente, 3 e 2 destes profissionais. A eles seguem-se o Brasil e as Índias de Castela com 1 representante cada. Já os homens do comércio estão, tal como aqueles ligados às atividades marítimas, representados em vários destinos, de onde se sobressai o Brasil com 4, logo seguido pelos Açores e a Madeira com 3. Restam as Canárias e a Índia, o primeiro com 2 elementos e o segundo com 1. Para o caso das Canárias, sabe-se que a presença de homens ligados à manufatura era elevada, pelo que o facto de termos encontrado indivíduos com atividades profissionais nesta área é consistente com os estudos que se fazem para a região, particularmente a ilha de Tenerife.⁶⁰ Por outro lado, o número de agricultores não corresponde à importância real da atividade nestas ilhas, como, de resto, dificilmente corresponderá a qualquer outro destino, porque esta é uma tarefa que provavelmente tocava a grande parte dos emigrantes, ainda mais tendo em conta o elevado número de homens do mar, nos períodos em que a atividade profissional principal tinha que parar, como no caso das navegações, sendo esta uma forma de garantir a subsistência.

Quanto às atribuições comerciais podemos ver que o Brasil é o destino que mais homens absorve, com 4, indicador para um território de oportunidades enquanto se construía.⁶¹ Seguiam-se-lhe os Açores e a Madeira com 3 cada e logo as Canárias com 2, uma vez mais demonstrando a dinâmica comercial destas ilhas. Por último temos a Índia com somente um representante, espaço que apesar de ser de enobrecimento, não era alheio ao comércio.⁶² Explorados já os números de clérigos avançamos para os cargos régios e encontramos a sua presença, ainda que de forma diminuta, nos territórios mais próximos do reino e destinos principais neste período do século XVI.

Podemos dizer que a profissão é um fator de união dos homens nos territórios ultramarinos como vimos já ter sido dito?⁶³ Os dados recolhidos e expostos no Gráfico 8 parecem atestar esta hipótese. Como já foi visto, algumas atividades profissionais demonstram especial incidência nalguns dos destinos, como é o caso das atividades ligadas ao mar nas zonas com comércio de escravos muito ativo, ou dos oficiais mecânicos no Brasil, ou ainda dos agentes comerciais no Brasil e Arquipélagos Norte

⁶⁰ Álvarez Santos, *Los Portugueses*, 241.

⁶¹ Pedreira, "Brasil", 8 e 9, 52.

⁶² Joaquim Romero Magalhães, "Articulações Inter-regionais e Economias-mundo", Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa* (Mem Martins: Círculo de Leitores, 1998), I, 333.

⁶³ Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 208.

Atlânticos. Com esta abordagem à localização dos vários profissionais nos territórios ultramarinos concluímos o estudo dos estatutos e profissões e completamos um pouco mais o conhecimento que temos sobre estes indivíduos.

3.4. Localização das Famílias

Resta agora, para completar o perfil da emigração que nos propusemos elaborar, tentar fazer um apanhado da localização dos familiares dos emigrantes, traço importante para discernir se esta emigração, que temos vindo a desenhar, era individual, ou pelo menos de cariz não familiar, ou se era, pelo contrário, composta de inúmeros membros com vínculos familiares entre si. É altura, portanto, de testar outra dimensão da tese da conterraneidade a que já nos temos vindo a referir, que não só identifica laços entre as várias pessoas conforme o seu local de proveniência no reino ou profissão, partes que procuramos já abordar, mas que também aponta para um reagrupar, apesar de não muito frequente, dos familiares no destino de emigração depois dos emigrantes estabelecerem um determinado nível de vida.⁶⁴

Quadro 9. Localização dos Emigrantes com Referência a Localização de Familiares

Territórios Ultramarinos	Nº de Emig. c/ Fam. id.	Nº de Familiares id.
Açores	2	3
Brasil	15	18
Cabo Verde	1	1
Canárias	4	7
Guiné	1	2
Índia	13	21
Índias de Castela	6	11
Malaca	1	1
Madeira	3	4
São Tomé e Príncipe	6	8
sem informação	1	1
Total	53	77

Fontes: ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

Por entre os 123 emigrantes descobrimos 53 para os quais a documentação faz referências diretas à localização dos seus familiares que, tanto quanto conseguimos

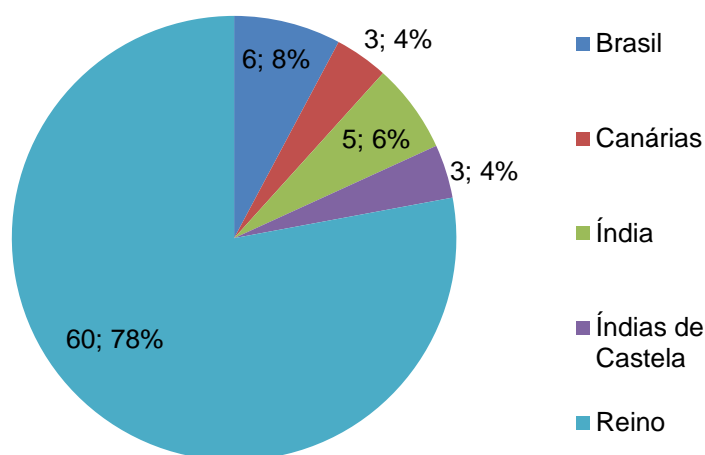
⁶⁴ Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 211-212.

apurar, são em número 77. Procuramos demonstrar os resultados obtidos da forma mais clara e operável possível e, para isso, elaboramos o Quadro 9.

Esta tabela faz ressaltar o Brasil e a Índia como principais destinos para os quais foi possível identificar emigrantes com referência à localização de familiares. Para os 15 emigrantes que permaneceram no Brasil conseguimos determinar a localização de 18 familiares e para os 13 que estavam na Índia foi possível encontrar a localização de 21 familiares. O facto de a documentação referir mais familiares para os indivíduos nestes destinos, em particular na Índia, poderá querer indicar que aqueles que para lá se dirigiam mantinham um maior contacto com os membros da vila ao ponto de levarem mais familiares ao cartório, porventura em torno de negócios e interesses materiais envolvidos, ou simplesmente por estes saberem a localização dos seus familiares e expressarem-na.

Veremos então onde se encontram os familiares dos emigrantes detetados na documentação através do Gráfico 9.

Gráfico 9. Localização dos familiares dos emigrantes



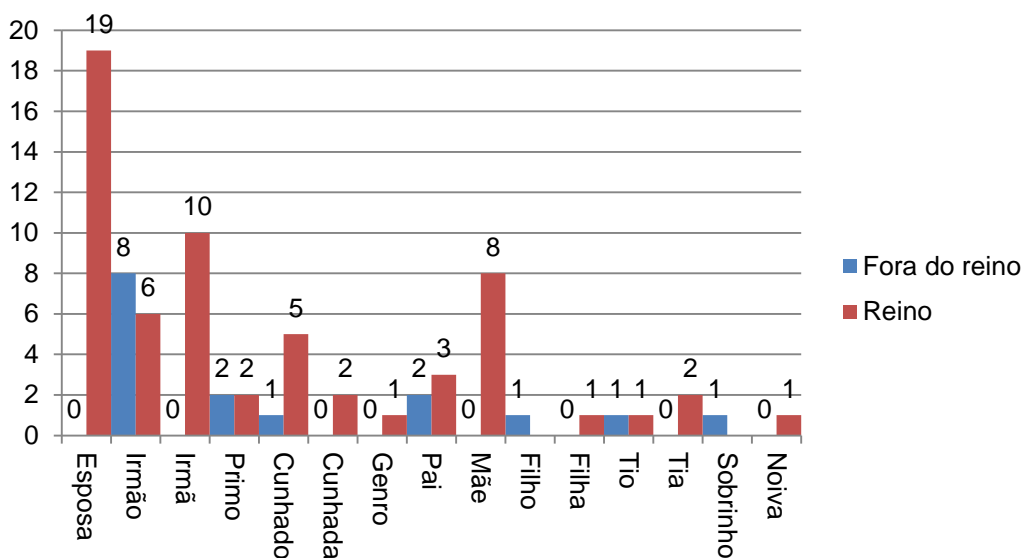
Fontes: ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Ofícios.

A primeira ilação que podemos tirar é que a grande maioria dos familiares ficava no reino, pois num total de 77, 60 deles, o correspondente a 78%, permaneciam no reino. Assim, apercebemo-nos que a maioria dos emigrantes não partia com os seus familiares e, provavelmente, o reagrupar das famílias era muito raro. À parte disto, a informação recolhida indica o Brasil como um possível cenário de maior reunião de

familiares, hipótese que se torna mais credível se compararmos o número de familiares achados para o Brasil com os da Índia, com números absolutos mais significativos, mas que nem por isso indicam mais familiares nesse local. Daqui se pode aferir um maior sucesso económico destes, pois as referências diretas a familiares que encontramos são, sobretudo, a identificar quem e onde está o familiar que deve receber os bens enviados ou deixados pelo parente nos territórios ultramarinos, indicativo de uma maior acumulação de bens. As Índias castelhanas e as Canárias, não tendo grandes valores a corroborá-lo, parecem apontar para uma opção dos emigrantes em partir para estes espaços com elementos da família, o que nos pode levar a indagar sobre possíveis fugas à Inquisição portuguesa por um crime que sabemos ser relacionado com toda a família, a condição de cristãos-novos.

Mais do que saber onde estavam os familiares importa também saber quem eram estes que ficavam e que partiam. Atentemos, portanto, no gráfico seguinte.

Gráfico 10. Identificação dos Familiares



Fontes: ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de baptismos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de casamentos; ADP, Paróquia de Vila do Conde. Registos de óbitos; ADP, Cartório Notarial de Vila do Conde – 2º, 6º, 12º e 13º Offícios.

Uma vez mais, algo que pode ser primariamente aferido é a manifesta permanência das mulheres no reino e, daqui, salientar a emigração maioritariamente masculina. Dos membros femininos da família, destacam-se as 19 esposas mencionadas na documentação como presentes no reino, ao passo que nenhuma foi identificada fora deste. Além das esposas, os grupos que incluem as irmãs, as mães, as cunhadas e as noivas dos emigrantes também não relatam nenhuma presença nos

territórios ultramarinos, o que implica o crescimento do papel da mulher na sociedade dos espaços que são deixados para trás, como já foi visto para o caso de Vila do Conde.⁶⁵

O grande número de esposas deixadas no reino possibilita antever a poderosa torrente de homens casados, ou seja, com a família já formada, que partia, mas outros dados dão-nos indicação de que a aventura nem sempre era feita a solo ou que mesmo quando o era, estes não eram os únicos elementos da família a partir, mesmo que não fosse para o mesmo destino, já que o número de irmãos fora do reino, 8, é maior do que aqueles que ficavam, 6. Como se pode ver, a emigração, somente masculina, incluía ainda pais e filhos, sobrinhos e tios e até primos e cunhados, pelo que os laços familiares, ainda que não nucleares, eram aproveitados no estabelecimento num novo local.

Concluída a análise dos dados avançamos agora para as conclusões que dela podemos retirar.

Conclusão

Analisados todos os dados recolhidos achamo-nos capazes de apresentar, neste momento, as ilações que podemos deles retirar com o intuito de responder às perguntas lançadas previamente, todas elas em torno da questão principal: quem eram estes homens e mulheres?

Começamos por nos debruçar nos destinos de emigração e há aqui, sem dúvida, algumas conclusões a reter. Em primeiro lugar, se olharmos para os destinos de forma individual, aquele que mais emigrantes acolhia era o Brasil que, desde a década de 1580, se começou a destacar de todos os outros espaços ultramarinos para na segunda década do século XVII atingir o pico de emigração, com a Índia imediatamente atrás. Mas, e o século XVI aqui em estudo? Foi dominado por que destinos? Numa primeira fase foram os Arquipélagos Norte Atlânticos a receber um maior número de emigrantes, essencialmente nas décadas de 1560 e 1570, para logo de seguida o Brasil ganhar uma relevância que nunca mais perderia. Os fluxos traçados permitem ainda avançar que as Índias de Castela, na década inicial do século XVII, ultrapassaram o Brasil no número de emigrantes que recebiam, pelo menos na documentação analisada.

Quais os seus estados civis?

⁶⁵ Polónia, *Vila*, I, 797-818.

A maioria dos emigrantes para os quais foi possível determinar o estado civil era casada, o que vai de encontro ao elevado número de gente casada que se tem vindo a apurar nas investigações sobre a emigração ultramarina,⁶⁶ indicando, sobretudo, uma emigração de jovens adultos.

De onde eram?

A esmagadora maioria dos emigrantes que detetamos eram provenientes de Vila do Conde, mas aí não há surpresas, porque, ao utilizarmos a documentação desta vila, este era já um resultado com o qual esperamos deparar-nos. O mesmo se aplica à determinação de redes migratórias internas, que nos permitiu desenhar um quadro que coloca o Entre-Douro-e-Minho à cabeça das regiões do reino que mais gente envia para o burgo.

Qual a sua condição profissional?

Por excelência, os emigrantes estavam ligados a atividades marítimas, constituindo um perfil idêntico ao da população de Vila do Conde. Em seguida destacam-se as atividades mercantis e os ofícios mecânicos. São Tomé e Príncipe é o destino que mais gente ligada ao mar acolhe, o que sugere uma peculiar absorção destes homens por esta região, acontecendo o mesmo com o Brasil e as Índias de Castela que veem logo em segundo lugar, eventualmente pela forte ligação entre estes destinos e a costa africana, onde se iam buscar os escravos que alimentavam essas economias. A Madeira atraía o grosso dos trabalhadores dos ofícios mecânicos e Brasil, Madeira e Açores dominavam no acolhimento de agentes comerciais. Por seu lado, era para o Oriente, juntamente com o Brasil, que partia a maior parte dos clérigos, denotando a necessidade que nestes espaços havia destes homens de fé, prontos a espalhar a palavra de Cristo.

Partiam com família já formada?

Numa palavra: sim, ainda que não levassem, por norma, as famílias, nomeadamente, os seus elementos femininos. Como vimos, a grande maioria dos emigrantes para os quais encontramos referência direta a familiares tinha-os no reino e, estes eram sobretudo as esposas. No entanto, o Brasil tem um número de familiares identificados de mais de um terço do número de emigrantes para aí apurados nesse estudo em particular, indicando que era aí que, eventualmente, mais famílias se reuniam.

⁶⁶ Quirino, *Habitantes*, 70-78. Sullón Barreto, *Vasallos*, 70. Ventura, *Portugueses*, I, t. I, 211.

Devemos, contudo, ter em conta que, ao selecionarmos a documentação de Vila do Conde, estamos a fazer um estudo de caso, resultando daqui uma amostra que não permite fazer generalizações relativamente ao restante território do reino, pois condicionantes específicas deste espaço quando comparado com outros, como por exemplo aqueles que não têm uma forte vertente marítima, implicam uma comunidade adaptada a essa realidade, refletindo-se, no caso aqui abordado, nas profissões, entre outros. Já no que diz respeito às conclusões obtidas, relacionadas com o estado civil e as relações familiares, devemos salientar que são os que ficam que suscitam o registo e o justificam pela sua presença na comunidade. Assim, este estudo deve ser olhado como um contributo à compreensão daquilo que foi a criação de um espaço ultramarino, através do envio de contingentes humanos, visto de um ponto específico, a documentação de Vila do Conde.

Ausentes deste texto ficaram assuntos que sabemos serem de grande importância no debate historiográfico, designadamente o peso da emigração no total da população e o impacto da saída de população do reino na estrutura demográfica e socioprofissional, temas que diversos autores abordaram, alguns deles seguidos neste trabalho⁶⁷, mas que outros, através de contributos indiretos, como a procura da origem dos emigrantes no reino⁶⁸ ou a determinação de contingentes portugueses disseminados pelo mundo⁶⁹, também tocaram. Estes são temas a que a nossa investigação não é alheia, e a que voltaremos, através de trabalhos em curso.

⁶⁷ Polónia, *Vila*, I, *passim*.

⁶⁸ José Manuel Azevedo Silva, *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVII)*, [Tese de Doutoramento], (Universidade de Coimbra, 1993), 2 volumes. Pedreira, “Brasil”, 8 e 9, 57. Orlando Ribeiro, *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa* (Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962).

⁶⁹ Charles Ralph Boxer, *O Império Marítimo Português 1415-1825* (Lisboa: Edições 70, 2011). Vitorino Magalhães Godinho, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar Séculos XIII-XVIII* (Lisboa: DIFEL, 1990). Viriato Campos, *Sobre o Descobrimento e Povoamento dos Açores* (Lisboa: Europress, 1983). J. Marinho dos Santos, “Ponta Delgada - Nascimento e Primeira Infância de Uma Cidade”, *Revista de História Económica e Social*, 1 (1978): 33-53. Alberto Vieira et al, *Imigração e Emigração nas Ilhas* (Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico e Secretaria Geral do Turismo e Cultura, 2001). Sanjay Subrahmanyam, *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala 1500-1700: Comércio e Conflito* (Lisboa: Edições 70, 1994). Quirino, *Habitantes*, *passim*. Russel-Wood, *Um Mundo*, *passim*. Vitorino Magalhães Godinho, *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* (Lisboa: Arcádia, 1980).

Fontes

Manuscritas

- Arquivo Distrital do Porto, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de Baptismos, E/27/10/2-5.1 (1535/02-1595/07/31); E/27/10/1-3.3 (1588/01-1637/12/10).
- Arquivo Distrital do Porto, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de Casamentos, E/27/10/6-25.4 (1536/03-06-1613); E/27/10/2-9.4 (1566/06/23-1637/04/20).
- Arquivo Distrital do Porto, *Paróquia de Vila do Conde*. Registos de Óbitos, E/27/10/3-11.2 (1595/07/28-1637/12/31);
- Arquivo Distrital do Porto, *Cartório Notarial de Vila do Conde - 2º Ofício (Azurara)*. Notas para escrituras diversas, I/36/4 - 10.2001 (1581) a I/36/4 - 10.2010 (1649/07/26).
- Arquivo Distrital do Porto, *Cartório Notarial de Vila do Conde - 6º Ofício*. Notas para escrituras diversas, I/36/3 - 27.3001 (1584/07/10) a I/36/3 - 27.3028 (1648/04/18-1650/06/07).
- Arquivo Distrital do Porto, *Cartório Notarial de Vila do Conde - 12º Ofício*. Notas para escrituras diversas, I/36/4 - 1.1001 (1559/01/22) a I/36/4 - 10.1047 (1653/06/21).
- Arquivo Distrital do Porto, *Cartório Notarial de Vila do Conde - 13º Ofício*. Notas para escrituras diversas, I/36/2 - 53.4001 (1612/01) a I/36/2 - 53.4005 (1652/07/22).

Bibliografia

- Álvarez Santos, Javier Luis. *Los Portugueses en Tenerife en Tiempos de la Unión Ibérica*. [Tese de Doutoramento]. Universidad de La Laguna, 2015.
- Boxer, Charles Ralph. *O Império Marítimo Português 1415-1825*. Lisboa: Edições 70, 2011.
- Campos, Viriato. *Sobre o Descobrimento e Povoamento dos Açores*. Lisboa: Europress, 1983.
- Costa, João Paulo Oliveira e. "O Deslumbramento Manuelino (1495-1521)", João Paulo Oliveira e Costa (dir.), *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014. 105-128.
- Couto, Jorge. *A Construção do Brasil*. Lisboa: Edições Cosmos, 1995.
- Cunha, Mafalda Soares da, "A Europa que Atravessa o Atlântico (1500-1625)", João Fragoso e Maria de Fátima Gouvêa (org.), *O Brasil Colonial*. n.p.: Civilização Brasileira, 2014. Volume I, 271-314.
- Escobar Quevedo, Ricardo. *Inquisición y Judaizantes en América Española (Siglos XVI-XVII)*. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2008.

- Godinho, Vitorino Magalhães. *A Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Arcádia, 1980.
- Godinho, Vitorino Magalhães. *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote, 2008.
- Godinho, Vitorino Magalhães. “L’Émigration Portugaise (XVe-XXe Siècles): Une Constante Structurale et les Réponses aux Changements du Monde”. *Revista de História Económica e Social*, 1 (1978): 5-32.
- Godinho, Vitorino Magalhães. *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar Séculos XIII-XVIII*. Lisboa: DIFEL, 1990.
- Magalhães, Joaquim Romero, “A Construção do Espaço Brasileiro”, Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. Volume II, 28-64.
- Magalhães, Joaquim Romero, “Articulações Inter-regionais e Economias-mundo” Francisco Bethencourt (ed.); Kirti Chaudhuri (ed.), *História da Expansão Portuguesa*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 1998. Volume I, 308-337.
- Monteiro, Nuno Gonçalo, “O Reino Quinhentista”, Rui Ramos (coord.), *História de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2012. 227-249.
- Osswald, Helena. *Nascer, Viver e Morrer no Porto de Seiscentos*. [Tese de Doutoramento]. Universidade do Porto, 2008;
- Osswald, Helena; Polónia, Amélia. “No Reverso do Tratado de Tordesilhas: Portugueses nas Índias de Castela Durante o Período de União Dinástica”. *Vértice*, 2.ª série, 63 (1994): 45-54.
- Pedreira, Jorge M. “Brasil, Fronteira de Portugal. Negócio, Emigração e Mobilidade Social (séculos XVII e XVIII)”. *Anais da Universidade de Évora*, 8 e 9 (2001): 47-72. Separata.
- Polónia, Amélia. *Vila do Conde: um Porto Nortinho na Expansão Ultramarina Quinhentista*. [Tese de Doutoramento]. Universidade do Porto, 1999. 2 volumes.
- Quirino, Tarcizio do Rêgo. *Os Habitantes do Brasil no Fim do Século XVI*. Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1966.
- Ribeiro, Orlando. *Aspectos e Problemas da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, 1962.
- Rodrigues, Teresa Ferreira. “As Estruturas Populacionais”, José Mattoso (dir.), *História de Portugal*. [Lisboa]: Editorial Estampa, 1993. Volume III. 179-217.

- Rodrigues, Teresa Ferreira, "As Vicissitudes do Povoamento nos Séculos XVI e XVII", Teresa Ferreira Rodrigues (coord.), *História da População Portuguesa*. Porto: CEPESE e Edições Afrontamento, 2008. 159-246.
- Russel-Wood, A. J. R. *Um Mundo em Movimento: Os Portugueses na África, Ásia e América (1415-1808)*. Algés: Difel, 1998.
- Russel-Wood, A. J. R. "Fluxos de Emigração", Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa*. Mem Martins: Círculo de Leitores, 1998. Volume I. 224-237.
- Santos, J. Marinho dos. "Ponta Delgada - Nascimento e Primeira Infância de Uma Cidade". *Revista de História Económica e Social*, 1 (1978): 33-53.
- Schwartz, Stuart, "A «Babilónia» Colonial: a Economia Açucareira", Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri (dirs.), *História da Expansão Portuguesa*. [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1998. Volume II, 213-231.
- Silva, José Manuel Azevedo. *A Madeira e a Construção do Mundo Atlântico (Séculos XV-XVII)*. [Tese de Doutoramento]. Universidade de Coimbra, 1993. 2 volumes.
- Studnicki-Gizbert, Daviken. *A Nation Upon the Ocean Sea: Portugal's Atlantic Diaspora and the Crises of the Spanish Empire, 1492-1640*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- Studnicki-Gizbert, Daviken. *Capital's Commonwealth: The World of Portugal's Atlantic Merchants and the Struggle over the Nature of Commerce in the Spanish Empire, 1492-1640*. [Tese de Doutoramento]. Yale University, 2001.
- Subrahmanyam, Sanjay. *A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala 1500-1700: Comércio e Conflito*. Lisboa: Edições 70, 1994.
- Sullón Barreto, Gleydi. *Vasallos y Extranjeros. Portugueses en la Lima Virreinal, 1570-1680*. [Tese de Doutoramento] Universidad Complutense de Madrid, 2014;
- Ventura, Maria da Graça A. Mateus. *Portugueses no Peru ao Tempo da União Ibérica: Mobilidade, Cumplicidades e Vivências*. Lisboa: INCM, 2005. 2 volumes.
- Vieira, Alberto *et al.* *Imigração e Emigração nas Ilhas*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico e Secretaria Geral do Turismo e Cultura, 2001.
- Vila Vilar, Enriqueta. "Los Asientos Portugueses y el Contrabando de Negros". *Anuario de Estudios Americanos*, 30 (1973): 557-599.